

DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA
2023/2024

TURMA A

Regência: Prof. Doutor Miguel Moura e Silva

**Mestre Alexandra Marques
Dr. André Marçalo
Dr. Tiago Barbosa**

PROGRAMA

I. Introdução

- 1. Apresentação da cadeira**
 - 1.1. Porquê estudar Direito da União Europeia**
 - 1.2. Programa da cadeira**
 - 1.3. Materiais de estudo**
 - 1.4. Aulas práticas**
 - 1.5. Avaliação**

- 2. Cooperação intergovernamental e integração**
 - 2.1. Teorias da integração económica**
 - 2.2. Cooperação v. integração: teoria política**
 - 2.3. Organizações europeias intergovernamentais: OCDE, Conselho da Europa...**
 - 2.4. Integração e cooperação no seio da União Europeia: os três pilares da UE e sua evolução**
 - 2.5. Natureza jurídica da União Europeia**

**II. História, enquadramento geral e ponto da situação da
integração europeia**

- 3. Pré-história da integração europeia: impérios e sonhos**

4. Projeto de integração europeia

- 4.1. Contextualização histórica e económica**
- 4.2. CECA**
- 4.3. Comunidade Europeia de Defesa**
- 4.4. Comunidade Europeia de Energia Atómica**
- 4.5. CEE**

5. Evolução dos tratados

- 5.1. Tratados originais**
- 5.2. Tratado de fusão**
- 5.3. Ato Único Europeu**
- 5.4. Tratado de Maastricht**
- 5.5. Tratado de Amesterdão**
- 5.6. Tratado de Nice**
- 5.7. (Constituição para a Europa)**
- 5.8. Tratado de Lisboa**

6. Alargamentos da União Europeia

- 6.1. Os alargamentos oficiais, suas vicissitudes e contrapartidas**
- 6.2. O “BREXIT” e o artigo 50.º do TFUE: perspetivas futuras**
- 6.3. Anteriores e atuais pedidos de adesão**
- 6.4. Relação da UE com a Associação Europeia de Livre Comércio**

III. Introdução ao sistema institucional da UE

7. As instituições da UE e sua evolução

- 7.1. Parlamento Europeu**
 - 7.1.1. Composição e evolução histórica**
 - 7.1.2. Poderes e funções**
- 7.2. Conselho Europeu**
 - 7.2.1. Composição e evolução histórica**
 - 7.2.2. Poderes e funções**
- 7.3. Conselho da União Europeia (Conselho de Ministros)**
 - 7.3.1. Composição e formações**
 - 7.3.2. Poderes e funções**
 - 7.3.3. Regras de deliberação**
- 7.4. Comissão Europeia**
 - 7.4.1. Composição e modo de nomeação**

- 7.4.2. Independência
- 7.4.3. Poderes
- 7.4.4. Monopólio de iniciativa legislativa
- 7.4.5. Guardiã dos Tratados
- 7.4.6. Organização e funcionamento
- 7.4.7. O Alto Representante para os Negócios Estrangeiros
- 7.5. Tribunal de Justiça da União Europeia
 - 7.5.1. Tribunal de Justiça, Tribunal Geral e Tribunal da Função Pública
 - 7.5.2. Composição dos tribunais
 - 7.5.3. Competência do Tribunal Geral
 - 7.5.4. Competência do Tribunal de Justiça
- 7.6. Banco Central Europeu
 - 7.6.1. O BCE e o Sistema Europeu de Bancos Centrais
 - 7.6.2. Composição e independência
 - 7.6.3. Funções monetárias e consultivas
- 7.7. Outras instituições e órgãos – breve referência
 - 7.7.1. Tribunal de Contas Europeu
 - 7.7.2. Comité Económico-Social e Comité das Regiões
 - 7.7.3. Provedor de Justiça e Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF)
 - 7.7.4. Banco Europeu de Investimento
 - 7.7.5. Serviço de ação externa
 - 7.7.6. Agências europeias

IV. O Direito da UE – princípios e fontes

8. Princípios fundamentais da União Europeia

- 8.1. Princípio democrático
- 8.2. Princípio da liberdade económica
- 8.3. Princípio da coesão económica e social e solidariedade
- 8.4. Princípio da não discriminação
- 8.5. Princípio da cooperação leal
- 8.6. Princípio da especialidade
- 8.7. Princípio da subsidiariedade
- 8.8. Competências exclusivas, partilhadas e de apoio: delimitação constitucional da transferência de soberania dos Estados-membros

9. Fontes do Direito da UE

- 9.1. Direito primário**
 - 9.1.1. Tratados europeus e protocolos**
 - 9.1.2. Processo de revisão dos tratados**
- 9.2. Direito secundário: atos nominados e inominados**
- 9.3. Regulamentos**
 - 9.3.1. Aplicabilidade direta e imediata**
 - 9.3.2. Consequências na ordem jurídica nacional**
- 9.4. Diretivas**
 - 9.4.1. Força obrigatória e destinatários**
 - 9.4.2. Liberdade de escolha de meios e formas de transposição**
 - 9.4.3. Efeito direto vertical ascendente**
- 9.5. Decisões**
- 9.6. Princípios gerais de direito**
- 9.7. Direito internacional**
 - 9.7.1. Tratados celebrados pela União com terceiros**
 - 9.7.2. Tratados celebrados pelos Estados membros entre si ou com terceiros**
 - 9.7.3. Atos de organizações internacionais**
- 9.8. Acordos interinstitucionais**
- 9.9. Jurisprudência**
- 9.10. Doutrina**

10. Primado do Direito da UE

- 10.1. Origem jurisprudencial do primado**
- 10.2. Fundamento**
- 10.3. Âmbito**
- 10.4. Consequências na ordem jurídica interna**
- 10.5. O primado e o direito constitucional**

11. Aplicabilidade direta e efeito direto

- 11.1. Aplicabilidade direta de regulamentos e decisões**
 - 11.1.1. Importância e consequências**
 - 11.1.2. Proibição de normas nacionais sobrepostas**
- 11.2. Efeito direto de normas dos Tratados e de Diretivas**
 - 11.2.1. Origem jurisprudencial do efeito direto**
 - 11.2.2. Requisitos do efeito direto**
 - 11.2.3. Efeito direto vertical ascendente**
 - 11.2.4. Ausência de efeito direto horizontal e modos de colmatar esta lacuna**

11.2.5. Conceito amplo de Estado

V. Garantia jurisdicional do Direito da UE

12. Tribunais nacionais como tribunais comuns da UE

- 12.1. Obrigação de aplicação do Direito da UE pelos tribunais nacionais**
- 12.2. Cooperação entre tribunais nacionais e a Comissão Europeia**
- 12.3. Relação entre tribunais nacionais e o TJUE**
- 12.4. Mecanismo das questões prejudiciais (processo de reenvio)**

13. Contencioso perante o TJUE e TGUE

- 13.1. Ação por incumprimento**
- 13.2. Recurso de anulação**
- 13.3. Recurso por omissão**
- 13.4. Ação de indemnização**

VII. Liberdades de circulação de mercadorias, serviços e capitais e cidadania

14. Liberdade de circulação de mercadorias

- 14.1. Abolição de tarifas e impostos à circulação interna**
- 14.2. Medidas de efeito equivalente**
- 14.3. Exceções – restrições permitidas**
- 14.4. Desenvolvimento jurisprudencial**

15. Liberdade de circulação de serviços

- 15.1. Conceito de serviço, prestador de serviços e beneficiário de serviço**
- 15.2. Direito primário da livre circulação de serviços**
- 15.3. Diretiva Bolkenstein**
- 15.4. A liberdade de prestação de serviços por advogados**

16. Liberdade de circulação de capitais – breve referência

17. Cidadania europeia e liberdades económicas

18. Schengen e Europa Social

VIII. Política de concorrência

19. Introdução ao direito europeu da concorrência

- 19.1. Práticas anticoncorrenciais coletivas**
- 19.2. Práticas anticoncorrenciais unilaterais**
- 19.3. Relação com direito nacional da concorrência**
- 19.4. Esquema institucional de aplicação**

20. Regime dos auxílios de Estado

- 20.1. Justificação e objetivos do regime**
- 20.2. Normas primárias e secundárias**
- 20.3. Proibição, exceções e isenções**
- 20.4. Procedimento de controlo de auxílios de Estado**
- 20.5. Consequências da atribuição ilegal de auxílios de Estado e mecanismos de reação dos particulares**

IX. União Económica e Monetária

21. A UEM

- 21.1. Introdução histórica**
- 21.2. Mecanismos fundamentais da União Económica**
- 21.3. Mecanismos fundamentais da União Monetária: o Euro**
- 21.4. O Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) e suas revisões**
- 21.5. O Tratado Orçamental**
- 21.6. A regulamentação europeia de âmbito orçamental: o *six-pack* e o *two-pack***

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERREIRA, Eduardo Paz (org.), *Integração e Direito Económico Europeu*, 2.^a edição, AAFDL, Lisboa, 2022.

DUARTE, Maria Luísa, *Direito da União Europeia, Lições desenvolvidas*, AAFDL, Lisboa, 2021.

GORJÃO-HENRIQUES, Miguel, *Direito da União*, 9.^a edição, Almedina, Coimbra, 2022 (reimpressão).

BERRY, Elspeth, et al., *Complete EU Law*, 5.^a edição, Oxford University Press, Oxford, 2022.

CRAIG, Paul e DE BÚRCA, Grainne, *EU Law – Text, Cases and Materials*, 7.^o ed., Oxford University Press, Oxford, 2020.

BARNARD, Catherine e PEERS, Steve (orgs), *European Union Law*, 4.^a edição, Oxford University Press, Oxford, 2023.